

O IMPACTO POLÍTICO DO INCENTIVO GOVERNAMENTAL NO ENSINO TECNICISTA DO BRASIL

EL IMPACTO POLÍTICO DEL INCENTIVO GUBERNAMENTAL EN LA ENSEÑANZA TÉCNICA EN BRASIL

THE POLITICAL IMPACT OF GOVERNMENTAL INCENTIVE IN TECHNICIAN TEACHING IN BRAZIL

Matheus Pereira dos Santos*

matheus-vn@hotmail.com

Renan Gomes de Moura,****

renangmoura@gmail.com

Marcus Vinícius Barbosa**

marcus.barbosa1979@gmail.com

*Faculdade Sul Fluminense, Volta Redonda, RJ/Brasil

** Universidade do Grande Rio, Rio de Janeiro, RJ/Brasil

Resumo

Os impactos culturais causados pela gestão temerária da educação no Brasil geraram inúmeras problemáticas que persistiram até os dias atuais, em nossa nação. Diante disso, vale à pena ressaltar a persistência do Estado em incentivar o chamado Ensino Tecnícista, com o intuito de formar mão de obra para o mercado de trabalho, porém exilando-os do senso crítico e da valorização pessoal. Além disso, as universidades tornaram-se um sonho distante do povo, segregando-os de forma a evitar que ingressassem às academias e desenvolvessem um senso político mais afluado, que resultaria em um povo com uma identidade filosófica enraizada. Nesta pesquisa, iremos investigar quais são os principais impactos políticos que este tipo de modelo de ensino, que o governo nos instituiu, causou à população. Através de uma pesquisa metodológica quantitativa, verificaremos por meio de questionários de respostas fechados em uma amostragem de técnicos da região Sul Fluminense do Rio de Janeiro - RJ, com o intuito de averiguar se há uma alta porcentagem de profissionais e estudantes técnicos, desinteressados pessoalmente e profissionalmente em função dos estímulos que lhe cercam. Diante disso, evidenciaremos os fatos, onde pude perceber dentro da pesquisa que cerca de 90% dos cidadãos que cursaram o ensino tecnicista sabem da importância da política, porém não gostam e nem se envolvem com assuntos políticos, além disso, todos os entrevistados não falam ou nunca falaram de política dentro de um ambiente escolar.

Palavras-chave: ensino, educação, técnico, impactos.

Resumen

Los impactos culturales provocados por la gestión imprudente de la educación en Brasil han generado numerosos problemas que persisten hasta el día de hoy, en nuestra nación. Ante esto, cabe destacar la perseverancia del Estado en impulsar la denominada Educación Tecnológica, con el objetivo de formar mano de obra para el mercado laboral, pero desterrándola del sentido crítico y la valoración personal. Además, las universidades se han convertido en un sueño lejano de las personas, segregándolas para evitar que ingresen a las academias y desarrollar un sentido político más desarrollado, lo que daría como resultado un pueblo con una identidad filosófica profundamente arraigada. En esta investigación investigaremos cuáles son los principales impactos políticos que este tipo de modelo de enseñanza, que el gobierno instituyó para nosotros, provocó en la población. A través de una investigación metodológica cuantitativa, verificaremos mediante cuestionarios de respuesta cerrada en una muestra de técnicos de la Región Fluminense Sur de Río de Janeiro - RJ, con el fin de conocer si existe un alto porcentaje de profesionales y estudiantes técnicos, personalmente desinteresados y profesionalmente dependiendo de los estímulos que te rodean. A la luz de esto, destacaremos los hechos, donde pude ver dentro de la

encuesta que alrededor del 90% de los ciudadanos que asistieron a educación técnica conocen la importancia de la política, pero no les gusta ni se involucran en asuntos políticos, además, todos los encuestados no hablan. o nunca hablaron de política en un entorno escolar.

Palabras clave: docencia, educación, técnica, impactos.

Abstract

The cultural impacts caused by the reckless management of education in Brazil have generated numerous problems that have persisted to this day in our nation. Given this, it is worth emphasizing the persistence of the State in encouraging the so-called Technician Teaching, with the intention of forming labor for the labor market, but exiling them from the critical sense and personal appreciation. In addition, universities have become a distant dream of the people, segregating them so as to prevent them from entering academies and developing a more outspoken political sense that would result in a people with a rooted philosophical identity. In this research, we will investigate what are the main political impacts that this type of teaching model, that the government instituted us, caused to the population. Through a quantitative methodological research, we will verify by means of questionnaires of closed answers in a sample of technicians of the South Fluminense region of Rio de Janeiro - RJ, in order to investigate if there is a high percentage of professionals and technical students, disinterested in person and professionally due to the stimuli that surround it. Facing this, we will show the facts, where I could perceive within the research that about 90% of the citizens who attended technical education know the importance of politics, but do not like and do not get involved in political issues, besides, all the interviewees do not speak or never talked about politics within a school environment.

Keywords: teaching, education, technical, impacts.

INTRODUÇÃO

Tendo em vista o cenário atual, há um minúsculo envolvimento do povo brasileiro em torno da política, que por muitas vezes é até considerado um tema de difícil debate. Hoje, é comum encontrar até alguns pequenos grupos que se identificam com alguma ideia no contexto político, mas embasada em uma visão singular da tal e não tendo em vista um todo. Segundo uma matéria do site G1. “De 2014 para 2018, houve redução entre eleitores de 16 e 17 anos. Além da descrença com o sistema político tradicional, o outro fator que aumentou o desinteresse do jovem foi à crise econômica e lembra que o desemprego entre os mais novos é o dobro do índice geral do país.” (G1, 2018).

Nos últimos anos este evento reitera o que já vem sendo explícito, o abandono das urnas, principalmente pelos mais jovens, talvez pelo descaso com a forma de se governar ou até mesmo por fins culturais maiores. Como por exemplo, os incessantes programas dos governos por gerações e gerações, para formar estudantes técnicos para que deixem de lado a dúvida, o questionamento e o pensamento crítico-político, para ser apenas mais uma engrenagem do sistema, porém este é um perigo eminente.

Segundo, (Nogueira, 2011) sem os cidadãos, no entanto, a representação começa e termina sob monopólio dos partidos, que se tornam seus únicos protagonistas, ‘donos’ de suas regras e de seus resultados. Com isso, a política representativa converte-se em atividade de profissionais que não são ‘vistos’ pela sociedade e não se importam em trazê-la para o centro do palco, profissionais que pedem muito e dão pouco em troca. Entre estes e outros aspectos, vale à pena destacar a insatisfação pessoal e profissional da maioria dos profissionais que se formaram em uma educação tecnicista, além do

desinteresse constante destes mesmos alunos, visto que como tudo em nossa vida, o mundo passou por mudanças impressionantes e drásticas, menos é claro, as salas de aula, como cita uma matéria do blog EducaBras.

“Torna-se difícil cobrar um comprometimento do jovem com a educação quando o governo e muitos professores e diretores de colégio se mostram desinteressados. É quase impossível transmitir para o adolescente a importância da educação — o impacto que terá em sua vida — quando quase todos os sinais à sua volta apontam que o estudo está muito longe de ser uma prioridade para a sociedade brasileira.” (EducaBras, 2016).

Uma pesquisa feita pelo Instituto Locomotiva e publicada pelo site de notícias Exame, “Revela que 56% dos trabalhadores com carteira assinada estão insatisfeitos com seu emprego. Isto significa que 18,7 milhões de pessoas trocariam de lugar na busca de mais alegria no trabalho.” (Exame, 2018). Mas esse evento, não é algo que está em evidência apenas em nosso cotidiano, o novo estilo de vida das pessoas vem mudando drasticamente. Seus anseios, suas ambições não passam apenas por ter um “bom emprego”, e sim por crescer pessoalmente e poder contribuir de forma efetiva para o aprimoramento e crescimento de outras pessoas, e isso só se consegue mediante a uma boa educação.

Essa educação é uma forma de transmissão de conhecimento que o ser humano desfruta a milhares de anos, cujo não necessariamente tende a ser o ensino formal que conhecemos e nos formamos, mas sim o conhecimento tácito. De acordo com Carbone, o conhecimento tácito é “produzido pela experiência da vida, incluindo elementos cognitivos e práticos”. (2009, p.82). Dentre as principais nações que se desenvolveram em função da educação está a Grécia, berço da filosofia, das ciências políticas e de um senso crítico inimaginável para a época, eles criaram uma das primeiras formas de democracia na história humana.

Como citado na publicação do blog JUS, “... é bom deixar claro que a filosofia não surgiu em Atenas, mas no Egito e na Mesopotâmia, mas como Atenas estava em ascensão, devido a expansão comercial, acabou sendo influenciada por este novo movimento. Além disso, Atenas era uma sociedade muito letrada e a filosofia foi um movimento que se destacou muito na sociedade ateniense, para o desenvolvimento de textos, obras científicas, trabalhos advocatícios, oratória etc.” (Figueira, 2001, p.52).

Após a ascensão da dialética de Platão, juntos aos ensinamentos de seu mestre Sócrates, que influenciava a época com a maiêutica como uma forma de senso crítico e autoconhecimento. Visto que o próprio dizia conhece-te a ti mesmo, torna-te consciente de tua ignorância e serás sábio.

“... a dialética tinha por finalidade conduzir paulatinamente o interlocutor à intuição imediata de uma essência, de uma verdade, ou seja, encontrar a essência material ou espiritual daquilo que se queira apreciar. Para que se obtivesse sucesso na investigação dever-se-ia discutir sucessivamente todos os conceitos afins para evitar confusão de idéias. Assim, dialogando, afastavam-se as impressões da linguagem, até se chegar ao sentido essencial daquilo que se discute. Platão, com maestria, conduzia o debatedor até o momento preciso em que a verdade se manifestava.” (Nielsen Neto, 1985, p.55).

Seguindo a história, nos deparamos com o período da escolástica, cujo consistia em uma vertente da filosofia medieval. Onde as maiorias dos questionamentos eram feitos, sem se misturar ao campo religioso, pois eram encarados como blasfêmias, pelo poder maior da época, a Igreja Católica. Durante esta época de amplo domínio religioso ao científico existiram as grandes cruzadas, que chegaram até o mundo Árabe, porém engana-se ao pensar que eles estavam conhecendo uma cultura atrasada. Visto que os tais apresentaram uma infinidade de novidades educacionais como novos algarismos e traduções de livros antes proibidos pela igreja, e com isso as grandes nações puderam conhecer e se espelhar em um intercâmbio para criar suas universidades de ensino superior. A Universidade de Al Quaraouiyine é a instituição de

ensino mais antiga no mundo e a primeira a conceder diplomas universitários. Ela foi estabelecida no ano de 859, enquanto as mais antigas da Europa são a de Bolonha, na Itália, em 1088 e Oxford, na Inglaterra, de 1096.

Já no período Jesuítico, a igreja ainda era a maior interessada no poder e na doutrinação de seus servos, e com isso utilizava de métodos de catequização para difundir de maneira soberba sua cultura aos distintos povos que eram “descobertos” pelas expansões marítimas das cortes européias, assim como no Brasil, em diversos outros países. Destaca-se o pensamento de Cartolano (1985, p.20)

“... reduzindo a liberdade, instituindo a censura, aumentando a intolerância, controlando e mutilando o conteúdo dos livros, limitando o desenvolvimento filosófico e científico e impondo o obscurantismo. A Universidade de Coimbra, controlada pelos Jesuítas e principal centro cultural português, imprime a dinâmica e os limites culturais portugueses e brasileiros por quase duzentos anos. A partir daí, “a cultura filosófica passa a ser mero comentário teológico, fundado, principalmente na renovação da escolástica aristotélica”.

Desde que chegaram as caravelas de Pedro Álvares Cabral, até os dias atuais pouco mudou, visto que após mais de 200 anos de doutrinação católica em nosso território e ao estopim do Iluminismo Europeu e da quebra potencial da ciência e religião. O então, primeiro-ministro português em terras brasileiras Marques de Pombal, participou de inúmeros eventos de marcos solenes em nossa história, como a Inconfidência Mineira e a expulsão dos jesuítas, que geraram uma profunda reforma educacional, porém esta só seria realizada com a chegada da família real em 1808.

De acordo com Romanelli (2006) com a reforma pombalina em 1759 surgiu a primeira tentativa de formar uma escola pública sobre o domínio do estado, visando educar para o interesse do país e não da ordem religiosa. Diante da mudança de interesse houve também mudança na estrutura do ensino, leigos passaram a ter acesso à educação, as disciplinas deixaram de ser unificadas e se tornaram isoladas, porém a base de ensino não mudou já que a maioria dos professores em exercício eram jesuítas. Já no período Joanino não modificou a educação primária e secundária. A ênfase de Dom João IV foi na expansão do ensino superior e com isso são criadas as Cátedras de Direito, Engenharia e Medicina. Com a volta de Dom João para Portugal, e o início do período Imperial no Brasil em 1822, pouco mudou, havia poucas escolas de ensino formal e por consequência a entrada nas universidades era quase impossível para a grande maioria da população que mal tinha os primeiros anos letivos básicos.

E foi assim que chegamos à era da República, já no ano de 1889 e com uma rede escolar primária em estado precário, uma escola secundária cursada apenas por classes nobres e um ensino superior que de nada servia a não ser por prestígio e poder para terem acesso a melhores cargos. Em decorrer dos inúmeros marcos deste novo período, como a Revolução Industrial e a 1ª Grande Guerra. O chamado Estado Novo inicia-se em 1937 em eminência de uma segunda e devastadora batalha na Europa. Enquanto em nosso país, a nova constituição enfatizou o ensino pré-vocacional e o ensino profissional.

A visão era de que havia grande necessidade de uma maior contingente de mão-de-obra para as novas atividades abertas pelo mercado. Ou seja, os ideais e as várias conquistas advindas da Reforma Francisco Campos e do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova que se refletiram na Constituição anterior de 1934 sofreram uma inflexão. O ensino superior e o trabalho intelectual sofrem um direcionamento para as classes mais favorecidas, ao passo que o ensino profissional e técnico se volta para as classes mais desfavorecidas.

É difícil pensar que desde então estamos com o mesmo contexto educacional de segregação na educação, onde o ensino tecnicista se vale apenas para a população de baixa renda que necessita de um emprego, mesmo que de baixa valorização. Pois, com o ensino precário nos primeiros anos de aprendizado

e com cada vez maior taxa de desinteresse escolar, o aluno fica a mercê de um Estado que não cumpre seu papel de fornecer as mesmas chances e oportunidades aos diversos cidadãos.

Neste contexto, o objetivo deste presente artigo faz-se por determinar os aspectos políticos, que influenciaram a vida do trabalhador técnico brasileiro. Com uma proposta de avaliar por meio de questionários, qual o impacto no senso crítico dos tais. Além do auxílio de um modelo de pesquisa quantitativo que irá avaliar o número de profissionais e alunos tecnicistas que estão sendo influenciados pelo excessivo apego governamental destes incentivos que perpetuam a quase 100 anos, em uma educação cada vez mais defasada, e que parecem estar longe do fim.

2- REFERENCIAL TEÓRICO

Segundo Mizukami (1986), educação é um modo de emergir ao conhecimento, onde tende a ser para todos sem nenhuma distinção, para que haja a possibilidade de uma expansão da pluralidade cultural e que possam mediar diversos conceitos em óticas distintas dentro de um mesmo referencial. Pois é possível existir várias abordagens distintas, tendo em comum apenas as diferentes visões, do objeto, do sujeito, da interação de ambos. Diferentes posicionamentos pessoais motivam distintas formas de Ensino X Aprendizagem e diferentes ações educativas em sala de aula, portanto a ação educativa exercida por professores é sempre intencional, e de muita importância, para quem é o interlocutor.

Para Paulo Reglus Neves Freire, ou Freire (1987), como usualmente nomeado, contrapor-se à abordagem tradicional do ensino, denominada por ele de educação bancária, é o que lhe faz militar. O autor faz uso da metáfora para expressar sua crítica às relações educacionais verticalizadas, nas quais o educador supostamente deposita o conhecimento na mente dos educandos.

Além de um método, ele nos deixa como legado uma teoria educacional que nos ensina a perceber a educação num sentido amplo, como corrobora a ideia de Freitas (2001), considerando a totalidade e a complexidade das dimensões que a constituem, ou seja, compreendendo a educação como um ato político (dimensão política), ao mesmo tempo em que também se realiza como uma determinada concepção teórica (dimensão epistemológica) e que mobiliza a inteireza dos sujeitos envolvidos (dimensão estética).

No campo da formação de professores, segundo Libâneo (1986), sua obra tornou-se referência teórica, sendo a concepção de educação libertadora reconhecida como uma das abordagens do ensino e uma das tendências no âmbito da pedagogia progressista. Fala-se hoje, com insistência, no professor pesquisador, de acordo com o próprio Freire.

“O que há de pesquisador no professor não é uma qualidade ou uma forma de ser ou de atuar que se acrescente à de ensinar. Faz parte da natureza da prática docente a indagação, a busca, a pesquisa. O que se precisa é que, em sua formação permanente, o professor se perceba e se assuma, porque professor, como pesquisador.” (Freire, 1996, p. 32).

“Escrever, para mim, vem sendo tanto um prazer profundamente experimentado quanto um dever irrecusável, uma tarefa política a ser cumprida. [...] Não escrevo somente porque me dá prazer escrever, mas também porque me sinto politicamente comprometido, porque gostaria de convencer outras pessoas, sem a elas mentir, de que o sonho ou os sonhos de que falo, sobre que escrevo e porque luto, valem a pena ser tentados.” (Freire, 1994, p. 15-16).

Porém, uma parcela mínima da população tanto da época, quando dos dias atuais tem esta noção. De que não basta apenas lecionar, e sim conviver com a educação e promovê-la diariamente, mas isso não

é culpa de um povo sem identidade, muito pelo contrário nossa identidade é hereditária de uma história que não houve em nenhum momento um incentivo a grandes feitos na área da educação.

Iremos começar uma viagem ao mundo da educação, e alguns autores que como Freire, nos incentivaram para prosseguir com a temática que está em pauta em todo mundo que seria uma nova forma de ensino, visto que hoje tudo mudou em nosso dia a dia menos a escola e a forma de avaliar e lecionar. Esse ideal de educação progressista vem desde Pierre-Joseph Proudhon, que viveu o período pós Revolução Francesa, em Paris e a relação estabelecida por ele entre educação e trabalho, necessária à compreensão da formação intelectual e profissional da classe operária, assim como a sua emancipação. Seu pensamento político contribuiu para a elaboração dos sindicatos franceses e, posteriormente, para a organização do sindicalismo revolucionário. Como cita Luiza Guimarães, em sua tese de Mestrado pela PUC-RJ.

“Verificou que os trabalhadores reuniram-se em classes a partir da Revolução Industrial empreendida na Inglaterra ainda no século XVIII e, na França, devido aos acontecimentos relativos à Revolução Francesa de 1789-1799. Na ocasião, também começaram a se organizar os primeiros grupos de socialistas, tendo à frente do movimento Gracchus Babeuf, com a Conspiração dos Iguais. A constituição das ideias socialistas teve papel relevante na formação da classe trabalhadora europeia, dado que contribuíram para a formação da consciência de classe assinalada inicialmente por Thompson e, posteriormente, por Lukács” (Guimarães, 2014, p. 215)

“Além dessa idéia que surgia nos novos centros industriais, os anarquistas eram adeptos ao sindicalismo revolucionário acreditavam que a Revolução Social somente teria bons resultados se viesse por meio da conscientização das pessoas, principalmente do proletariado, sobre os princípios da doutrina, como a emancipação do trabalhador, a autogestão, a racionalidade e a ordem advinda não das ações coercitivas do Estado, mas pela livre associação dos indivíduos vivendo em uma sociedade organizada em moldes federativos. Com isso, eles defendiam a educação não formal, oferecida pelas associações de trabalhadores, ligas e sindicatos. Não eram a favor da escola pública, porque acreditavam que as escolas mantidas pelo Estado serviam para incutir nos jovens as ideologias burguesas e dominantes.” (Guimarães, 2014, p. 215)

Proudhon em seus discursos, dizia que a escola quando era de responsabilidade do governo apenas preparava os alunos para serem homens para servidão eterna, e ao contrário uma escola mantida pela comunidade, seriam formadores de indivíduos livres e pensadores. Além da influência francesa de Proudhon, os espanhóis também tiveram grande valia nesta prática da educação progressista, pois Paul Robin pode iniciar seus trabalhos no ensino libertário quando dirigiu o Orfanato de Prévost, de 1880 a 1894. Posteriormente, outras iniciativas também foram realizadas como as Escolas Modernas, como a de Barcelona, dirigida por Francisco Ferrer y Guardia (1901-1909). Este, foi condenado e fuzilado pelo Governo espanhol, em 1909 por ser um difusor de pensamentos contrários ao regime governamental da época.

Segundo Guimarães, há uma interface com o período que vivemos no Rio de Janeiro durante a chegada das indústrias em nossos grandes centros, pois essas ideias circularam no Brasil nos primeiros anos do século XX, incentivadas pelo movimento libertário e pelos sindicalistas revolucionários.

“No final do século XIX, o número de fábricas havia-se ampliado consideravelmente e, com ele, também a quantidade de trabalhadores. Entretanto, as primeiras décadas do século XX foram marcadas pela precariedade do trabalho nas fábricas e pelas condições lastimáveis de vida dos trabalhadores em geral, mas também serviram para a criação das

primeiras associações de trabalhadores que passaram a denunciar a situação existente.” (Guimarães, 2014, p.215)

Entrando em relação com esse movimento que surgiu no Brasil não foi o único, porém como tantos outros foi dispersado pela grande manobra governamental que impôs, desde o princípio o apelo pelo ensino tecnicista e os modelos tradicionais. Como a seguir iremos detalhar desde o marco inicial da chegada das caravelas portuguesas.

Segundo Ribeiro (2003), logo após o “descobrimento” de nossas terras em 1549, com a chegada dos então jesuítas surgiram as primeiras ideias de educação no Brasil, porém o primeiro plano educacional não veio do viés que pensamos, na época o único objetivo dos então professores seria a doutrinação cristã e então o primeiro plano educacional que foi desenvolvido teria sido pelo padre Manoel da Nóbrega. No entanto o plano educacional não se estendia a população indígena, visto que naquela época eles ainda eram encarados como escravos e então apenas para os colonos e para aqueles que ainda não conheciam as premissas da igreja. Porém, após certo tempo, ocorreu um desentendimento da metrópole com os jesuítas, fazendo então com que eles fossem expulsos de Portugal e de todas suas colônias.

De acordo com Romanelli (2006), após 200 anos sem haver qualquer preocupação com a educação, surgiu à primeira tentativa de formar uma escola pública sobre o domínio do estado, com o intuito de educar e não apenas catequizar, chamada de Reforma Pombalina. Que só foi realmente colocada em prática com a chegada da família Real. O que mais chama atenção, é que o contexto é semelhante aos dias atuais, pois naquela época era muito difícil achar professores dispostos a trabalhar por um baixíssimo salário, sem materiais e recursos para preparar suas aulas. Então o governo, deixou de centralizar toda educação e nomeou províncias para responsabilizar-se pelo ensino gratuito.

Segundo Ribeiro (2003), durante a primeira república em 1891 foi decretada a Reforma Benjamin Constant, no ano seguinte foi colocada em prática, sua principal função era a garantia de liberdade e laicidade do ensino e a gratuidade da escola primária de acordo com a orientação do texto constitucional. Com isso, para Romanelli (2006), enfim, parecíamos que estávamos a iniciar um bom caminho para a educação em nosso país, porém consagrou-se o sistema dual de ensino e oficializou a distância entre a educação da classe dominante (escolas secundárias acadêmicas e escolas superiores) e a educação do povo (escola primária e escola profissional). E, desde então todas as gerações se basearam nesses conceitos para viver e emergir na sociedade, como se esta fosse a única saída da maioria da população, trabalhar para girar a grande engrenagem do governo, sem ao menos poder questionar os por quês.

Desde sempre, a educação foi cuidadosamente articulada e planejada pelos governos brasileiros, porém a partir da década de 1930 estes, que hoje reescrevem no dia a dia, com dados de um ritmo desenfreado da busca pelo diploma, vêem a educação como um negócio extremamente lucrativo. E não utilizam do bom senso e comprometimento moral, de lidar com situações políticas e filosóficas. Segundo Shiroma, Moraes e Evangelista em sua publicação, que disserta sobre a política educacional brasileira.

“Durante os anos 1940, inicia-se uma reforma, com a implementação das chamadas Leis Orgânicas do Ensino, complementadas em 1945, prevendo a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), além de organizar os ensinos primário, secundário e normal, ensino comercial e ensino agrícola. Inicialmente chamado de Serviço Nacional dos Industriários e, posteriormente, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), esse sistema de ensino paralelo ao oficial foi criado a fim de fortalecer o ensino industrial, como estratégia de atendimento à demanda econômica da classe trabalhadora comprometida com a produção fabril.” (REVISTA, 2011, p. 305)

Na teoria esse processo, principalmente para a época era um gerador de recursos e mão de obra qualificada para as empresas que estavam em processo de implementação em solo brasileiro. E também,

historicamente o nosso país estava em uma transição para uma economia um pouco mais industrializada, e com isso haveria demanda de emprego para tais trabalhadores que demandassem este meio de aprendizado.

“Destaque para uma constatação de que as Leis Orgânicas permitiram a persistência de um dualismo que infelizmente ainda não conseguimos resolver até hoje aqui no Brasil: aos pobres é destinado um ensino primário e profissionalizante, de maneira precária e acelerada, para o mercado de trabalho que necessita de mão de obra barata; aos ricos é oferecida a educação secundária e o ensino superior, permitindo-lhes uma melhor preparação para alçar cargos que necessitam de profissionais mais qualificados.” (REVISTA, 2011, p. 305)

Com o decorrer dos anos, em 1964, o então presidente brasileiro João Goulart, promoveu uma ideia que já havia começado a se espalhar no nordeste de nosso país, com o então professor Paulo Freire, com uma forma de ensino que tinha como objetivo alfabetizar o maior número de pessoas para que estas saíssem da marginalização que esse fato lhe acarretava, visto que na época só poderiam participar das eleições apenas os alfabetizados. Porém, em abril de 1964, em eminência utópica de um estado socialista brasileiro o exército brasileiro realiza um golpe militar e uma de suas primeiras ações é extinguir o Plano Nacional de Alfabetização (PNE), com as premissas discutíveis e inequívocas.

“As reformas que vieram a partir do golpe tinham claramente o objetivo de formar capital humano para o mercado de trabalho, estimular hábitos de consumo, total controle sobre a produção intelectual, cultural e artística, além de integrar a educação aos planos de desenvolvimento e segurança nacionais. O Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social (1967-1976), planejado por economistas, estampa exatamente essa visão de que a educação deve acelerar o processo de desenvolvimento econômico do país, formando cidadãos aptos a produzir lucros individuais e sociais. Em 1967 foi promulgada a Constituição, que não previa percentuais mínimos a serem destinados à educação.” (REVISTA, 2011, p. 306)

Enfim, em 1985 o então regime militar deu lugar à “Nova República”, que na verdade não tinha nada de novo e com todo esse retrocesso de 20 anos, que na verdade se estende a mais de 200. Infelizmente, fica claro que a educação pública de qualidade não foi e talvez nunca será prioridade para a maioria dos governos, pois para os grandes poderes é mais interessante o trabalhador que só tem tempo para se preocupar com o sustento da sua família e por garantir seu emprego, isto o afasta da vida política e crítica.

Segundo Ribeiro (2003), A Constituição de 1988 estabeleceu que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, com acesso ao ensino obrigatório e gratuito como direito público subjetivo. O Plano Nacional de Educação tem como objetivos principais: o aumento do nível de escolaridade da população, a melhoria da qualidade de ensino, reduzindo a desigualdade social no que se refere ao acesso e permanência na escola pública, além de democratizar o espaço escolar com a participação dos professores e da comunidade na elaboração do projeto pedagógico da escola.

Para Nascimento (2012) em 20 de dezembro de 1996 o presidente Fernando Henrique Cardoso e o ministro da educação Paulo Renato, sancionaram a Lei de Diretrizes de Base da Educação de 1996, o sistema educacional brasileiro de educação adquiriu mudanças importantes, uma vez que a lei de 9394/96 estabeleceu a diretrizes e base da educação nacional. Porém, devido à política neoliberal do governo Fernando Henrique Cardoso as universidades particulares aumentaram e as públicas ficaram superlotadas e sofriam por falta de verbas e de investimentos. Mas vale a pena ressaltar, que desde então com os planos governamentais instituídos e com a valorização da economia brasileira, principalmente na primeira década do séc. XXI, as universidades mudaram de patamar. Hoje o que era para ser público e das famílias em vulnerabilidade social, passou a ser um centro universitário onde apenas os mais capacitados entram por meio de uma plataforma de vestibular unificado.

Onde não há nenhum preparo para os estudantes de baixa renda que veem de um ensino público em comparação com os estudantes que detêm de uma renda melhor e se preparam adequadamente. Com isso, estão sempre presente nas melhores universidades e nos melhores cursos e por consequência os mais concorridos. Este é um tema pelo qual me interesso e buscarei em uma nova pesquisa relatar quais os dados desse evento no Brasil. Para Toledo (2000), as realidades são sempre produzidas por sujeitos em condições sociais e históricas determinadas, é muito mais que apenas olhar para a realidade, se faz necessário, antes, conhecer a realidade e compreender seus mecanismos que promovem as atitudes que comumente não nos damos conta de perceber, ou seja, entender os indivíduos produtores da realidade.

A política democrática, deste ponto de vista, qualifica-se pela preocupação em fazer com que o participar, afirme-se como parceiro do governar e do representar, tanto quanto em tentar garantir que o diálogo prevaleça como forma de expressar e resolver conflitos entre as partes da sociedade. Preocupação essa que é também a maior promessa da representação política democrática. A política continua a nos oferecer mais chances de domesticar a arrogância e o poder, de fazer com que o conflito produza energia positiva e construa, em vez de paralisar ou destruir. Sua maior promessa é a de fornecer uma oportunidade para que se fundamente uma sociabilidade de novo tipo, solidária e democrática, na qual todos possam coexistir como sujeitos.

O historiador alemão Jörn Rüsen (2001), apresenta que o sujeito histórico se orienta na vida ordenando os fenômenos e avaliando o sentido dados as coisas. Para esse pensador, não se cria “apenas por que quer, ou por que gosta, e sim por que precisa. O sujeito cresce enquanto ser humano, ordenando e criando formas, além de dar forma ao mundo”. Pensador de grande importância para a cultura nacional, Fernando de Azevedo torna-se um indivíduo de grande relevância para entendermos uma época e o sentido histórico dado por esse ao mundo e as coisas da vida.

“Fornece a concepção clássica, francesa e alemã, de cultura, já claramente enunciada por G. Humboldt, quando estabeleceu a distinção entre cultura e civilização. Entendemos por cultura, com Humboldt, esse estado moral, intelectual, artístico, “em que os homens souberam elevar-se acima das simples considerações de utilidade social [da cultura e educação], compreendendo o estudo desinteressado das ciências e das artes” (Azevedo, 1963, p. 37).

A partir de Azevedo é assumido pela primeira vez que é “impossível desenvolver as forças econômicas ou de produção, sem o preparo intensivo das forças culturais e o desenvolvimento das aptidões à invenção e à iniciativa”. Para o historiador e pensador social, esses seriam os fatores de fundamental importância para a riqueza de uma nação. Homem com “sensibilidade ao encanto que se aspira de idades antigas” e “interesse pelo presente, atração pela ciência e pela técnica e o desejo de contribuir, em amplas reformas”, desenvolve ações e obras de enorme valor para o Brasil (Azevedo, 1963, p. 21).

Segundo Chartier (1995), analisar a história e a cultura é uma tarefa complexa que envolve vários focos epistemológicos, a tarefa da ciência é justamente isso, perceber e debater os vários enunciados dentro da construção conceitual, para encontrar as significações que damos ao nosso mundo social. “O homem é um ser que busca o sentido e ao mesmo tempo cria sentido, o qual nada mais é, do que a significação da sua percepção do mundo.” (Falcon, 2000, p. 102).

Os conteúdos universais não podem ser apenas ensinados e nem tampouco recriados pelo aluno; tais conteúdos devem ser ligados indissociavelmente à sua significação humana e social. Não cabe aqui a oposição entre cultura erudita e cultura popular, porque todo e qualquer homem produz cultura, todo homem é culto e isto não depende de sua classe social. Mas, deve levar em conta que o aluno vem de uma experiência espontânea com o saber, o saber espontâneo, o saber aceito sem reflexão, sem estabelecer-se uma atitude crítica diante do que se aprende cotidianamente. Trata-se de uma experiência imediata e

desorganizada, sendo assim, o professor deve proporcionar o acesso do aluno aos conteúdos ligando-os com a experiência concreta deste aluno, ou seja, há a continuidade. Mas a continuidade não significa permanência, latência, ou irreflexão. Assim, o professor também proporciona ao aluno os elementos de reflexão, análise crítica, que ajudem o aluno a ultrapassar a experiência, os estereótipos, as pressões ideológicas, ou seja, há a ruptura após tal análise.

Segundo Libâneo "... Um ponto de vista realista da relação pedagógica não recusa a autoridade pedagógica na sua função de ensinar. Mas não se deve confundir autoridade com autoritarismo, pois situar o ensino centrado no professor e o ensino centrado no aluno em extremos opostos são quase que negar a relação pedagógica porque não há aluno, ou grupo de alunos, que aprendam sozinhos, nem um professor ensinando para as paredes. Há um confronto do aluno entre sua cultura e herança cultural da humanidade, entre seu modo de viver e os modelos sócias desejáveis para um projeto novo de sociedade e cabe ao docente lhe auxiliar." (Libâneo, 1994, p.43-44)

Com isso, iremos demonstrar algumas culturas educacionais que influenciaram de forma positiva e negativa o dia a dia do processo de ensino e aprendizagem no contexto de nosso país. As tendências pedagógicas brasileiras foram muito influenciadas pelo momento cultural e político da sociedade, pois foram levadas à luz graças aos movimentos sociais e filosóficos e estas formaram a prática pedagógica do país. Os professores Saviani (1997) e Libâneo (1994) propõem a reflexão sobre as tendências pedagógicas, mostrando que as principais tendências usadas na educação brasileira se dividem em duas grandes linhas de pensamento: Liberais e Progressistas.

Os professores devem estudar e se apropriar dessas tendências, que servem de apoio para a sua prática pedagógica. Não se deve usar uma delas de forma isolada em toda a sua docência. Mas, deve-se procurar analisar cada uma e ver a que melhor convém ao seu desempenho acadêmico, com maior eficiência e qualidade de atuação. De acordo com cada nova situação que surge, usa-se a tendência mais adequada. E observa-se que hoje, na prática docente, há uma mistura dessas tendências. Deste modo, seguem as explicações das características de cada uma dessas formas de ensino. Porém, ao analisá-las, deve-se ter em mente que uma tendência não substitui totalmente a anterior, mas ambas conviveram e convivem com a prática escolar.

1) Tendências Liberais - Liberal não tem a ver com algo aberto ou democrático, mas com uma instigação da sociedade capitalista ou sociedade de classes, que sustenta a ideia de que o aluno deve ser preparado para papéis sociais de acordo com as suas aptidões, aprendendo a viver em harmonia com as normas desse tipo de sociedade, tendo uma cultura individual.

1.1) Tradicional - Foi a primeira a ser instituída no Brasil por motivos históricos. Nesta tendência o professor é a figura central e o aluno é um receptor passivo dos conhecimentos considerados como verdades absolutas. Há repetição de exercícios com exigência de memorização.

1.2) Renovadora Progressiva - Por razões de recomposição da hegemonia da burguesia, esta foi a próxima tendência a aparecer no cenário da educação brasileira. Caracteriza-se por centralizar no aluno, considerado como ser ativo e curioso. Dispõe da ideia que ele "só irá aprender fazendo", valorizam-se as tentativas experimentais, a pesquisa, a descoberta, o estudo do meio natural e social. Aprender se torna uma atividade de descoberta, é uma autoaprendizagem. O professor é um facilitador.

1.3) Renovadora não diretiva (Escola Nova) – Anísio Teixeira foi o grande pioneiro da Escola Nova no Brasil. É um método centrado no aluno. A escola tem o papel de formadora de atitudes, preocupando-se mais com a parte psicológica do que com a social ou pedagógica. E para aprender tem que estar significativamente ligado com suas percepções, modificando-as.

1.4) Tecnicista – Skinner foi o expoente principal dessa corrente psicológica, também conhecida como behaviorista. Neste método de ensino o aluno é visto como depositário passivo dos conhecimentos, que devem ser acumulados na mente através de associações. O professor é quem deposita os conhecimentos, pois ele é visto como um especialista na aplicação de manuais; sendo sua prática extremamente controlada. Articula-se diretamente com o sistema produtivo, com o objetivo de aperfeiçoar a ordem social vigente, que é o capitalismo, formando mão de obra especializada para o mercado de trabalho.

2) Tendências Progressistas - Partem de uma análise crítica das realidades sociais, sustentam implicitamente as finalidades sociopolíticas da educação e é uma tendência que não condiz com as ideias implantadas pelo capitalismo. O desenvolvimento e a popularização da análise marxista da sociedade possibilitou o desenvolvimento da tendência progressista, que se ramifica em três correntes:

2.1) Libertadora – Também conhecida como a pedagogia de Paulo Freire, essa tendência vincula a educação à luta e organização de classe do oprimido. Onde, para esse, o saber mais importante é a de que ele é oprimido, ou seja, ter uma consciência da realidade em que vive. Além da busca pela transformação social, a condição de se libertar através da elaboração da consciência crítica passo a passo com sua organização de classe. Centraliza-se na discussão de temas sociais e políticos; o professor coordena atividades e atua juntamente com os alunos.

2.2) Libertária – Procura a transformação da personalidade num sentido libertário e autogestionário. Parte do pressuposto de que somente o vivido pelo educando é incorporado e utilizado em situações novas, por isso o saber sistematizado só terá relevância se for possível seu uso prático. Enfoca a livre expressão, o contexto cultural, a educação estética. Os conteúdos, apesar de disponibilizados, não são exigidos pelos alunos e o professor é tido como um conselheiro à disposição do aluno.

2.3) "Crítico-social dos conteúdos" ou "Histórico-Crítica" - Tendência que apareceu no Brasil nos fins dos anos 70, acentua a prioridade de focar os conteúdos no seu confronto com as realidades sociais, é necessário enfatizar o conhecimento histórico. Prepara o aluno para o mundo adulto, com participação organizada e ativa na democratização da sociedade; por meio da aquisição de conteúdos e da socialização. É o mediador entre conteúdos e alunos. O ensino/aprendizagem tem como centro o aluno. Os conhecimentos são construídos pela experiência pessoal e subjetiva.

3 – METODOLOGIA

Vide este tópico, para ilustrar o caminho metodológico ao qual foi necessário para o desfecho desta pesquisa e com o objetivo de demonstrar o passo a passo do estudo presente, os dados foram coletados por meio de um questionário quantitativo, ou seja, com respostas fechadas e diretas. Cujo se deu a possibilidade de uma análise mediante uma pesquisa de amostragem de técnicos e estudantes que residem ou trabalham no sul do estado do Rio de Janeiro, mais precisamente nas cidades de Barra Mansa e Volta Redonda.

Visando o procedimento, iremos iniciar dissertando sobre a pesquisa empírica, que é um estudo dedicado ao tratamento da "face empírica e fatural da realidade; produz e analisa dados, procedendo sempre pela via do controle empírico e fatural" (Demo, 2000, p. 21).

A valorização desse tipo de pesquisa é pela "possibilidade que oferece de maior concretude às argumentações, por mais tênue que possa ser a base fatural. O significado dos dados empíricos depende do referencial teórico, mas estes dados agregam impacto pertinente, sobretudo no sentido de facilitarem a aproximação prática" (Demo, 1994, p. 37).

Também conhecida como pesquisa de campo, caracteriza-se pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, se realiza coleta de dados junto a pessoas, com o recurso de diferentes tipos de pesquisa (pesquisa ex-post-facto, pesquisa-ação, pesquisa participante, etc.) (FONSECA, 2002). Neste artigo utilizaremos o Ex-post-facto, onde a pesquisa tem por objetivo investigar possíveis relações de causa e efeito entre um determinado fato identificado pelo pesquisador e um fenômeno que ocorre posteriormente.

A principal característica deste tipo de pesquisa é o fato de os dados serem coletados após a ocorrência dos eventos. “A pesquisa ex-post-facto é utilizada quando há impossibilidade de aplicação da pesquisa experimental, pelo fato de nem sempre ser possível manipular as variáveis necessárias para o estudo da causa e do seu efeito (FONSECA, 2002, p. 32)”.

Quanto à abordagem, segundo Gil (2007), assim como outros autores, em especial Demo, apresenta-se da mesma forma as classificações de pesquisas, porém com as seguintes premissas: classificação das pesquisas com base em seus objetivos e procedimentos técnicos adotados. Com base nos objetivos, detêm de três grandes grupos: pesquisas exploratórias, pesquisas descritivas e pesquisas explicativas. Já na classificação com base nos procedimentos técnicos: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, pesquisa experimental, pesquisa ex-post-facto, levantamento, estudo de caso e pesquisa-ação. De acordo com Fonseca,

“Diferentemente da pesquisa qualitativa, os resultados da pesquisa quantitativa podem ser quantificados. Como as amostras geralmente são grandes e consideradas representativas da população, os resultados são tomados como se constituíssem um retrato real de toda a população alvo da pesquisa. A pesquisa quantitativa se centra na objetividade. Influenciada pelo positivismo, considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros. A pesquisa quantitativa recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis, etc.” (2002, p. 20).

Iremos, portanto, classificar a pesquisa em alguns aspectos como, por exemplo, quanto à natureza, que tende a ser básica e aplicada. Os objetivos se diferem nos moldes que a primeira emite um avanço para a ciência, sem aplicação prática já a segunda, utiliza de seus conhecimentos descobertos para a solução de problemas específicos. Onde em nosso caso, esta pesquisa se baseia no modelo básico. Para Gil (2007), com base nos objetivos, é possível classificar as pesquisas em três grupos, como já citamos acima. Porém apenas dissertaremos sobre a utilizada, pesquisa descritiva exige do investigador uma série de informações sobre o que deseja pesquisar. Esse tipo de estudo pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade (TRIVIÑOS, 1987). São exemplos de pesquisa descritiva: estudos de caso, análise documental e pesquisa ex-post-facto, a qual foi utilizada, neste artigo.

Após a etapa de coleta de dados, houve uma análise quantitativa com métodos estatísticos. Onde analisamos principalmente a correlação entre as respostas de modo a enfatizar a Média, a Moda e a Mediana das respostas em geral no aspecto político. Para que possamos correlacionar estes dados expostos, a fim de verificar o impacto que há sobre a nossa educação. Pois, a cada dia que passa se distancia ainda mais dos temas essenciais de aspectos políticos.

4 – RESULTADOS

No decorrer da pesquisa, tivemos como objetivo principal verificar se realmente há um distanciamento dos jovens e adultos do cenário político, principalmente dos que se formaram em um ensino técnico e de qual maneira isto afeta o dia a dia e a sociedade onde os dois tais estão inseridos.

Segundo um pensamento de Freitas (2001), que correlaciona a idéia de educação com política. Hoje cada vez mais percebemos o afastamento das pessoas com termos políticos, chegando a ser explícito como em um dos gráficos apresentados abaixo, que demonstra essa situação.

No caso, a grande maioria dos entrevistados sabe o poder da política e o quanto ela afeta a sociedade, porém isso não basta para lhe tornar atrativa. De fato, 100% das pessoas que participaram deste estudo não tem um alto interesse no assunto. E como foram citados, todos na mesma proporção convém e tem a absoluta certeza da importância da tal, para o crescimento pessoal e coletivo.

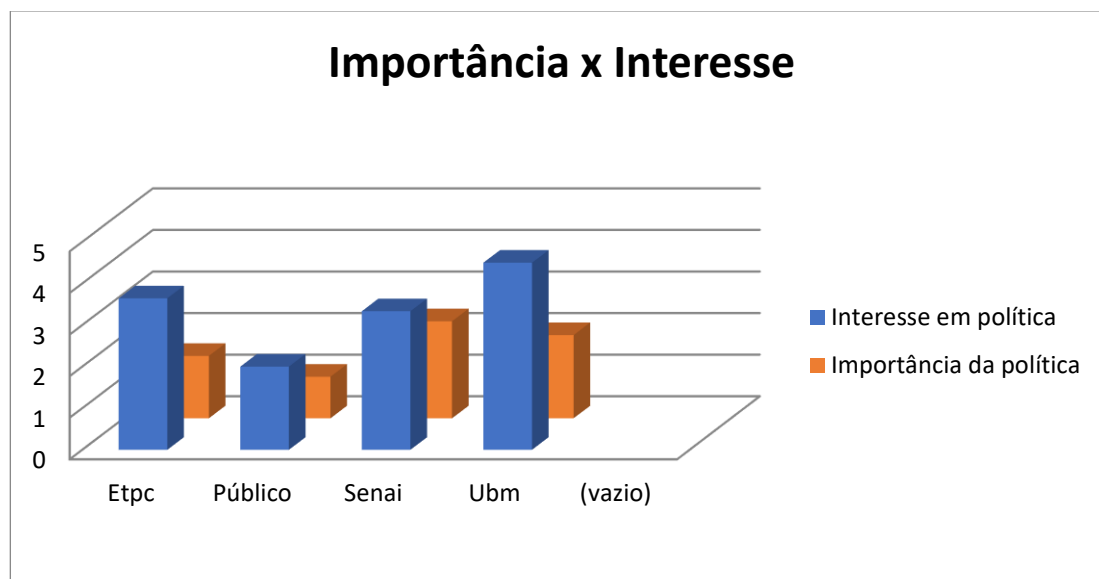


GRAFICO 1 – A IMPORTÂNCIA X O INTERESSE

Mediante a isso, como corrobora os pensamentos de Freire (1994), hoje o professor que não preza o ato de ensinar como algo político, está sendo conivente com essa imersão que vivemos. Nesse sentido, destacamos o segundo gráfico onde foi observado que uma grande maioria não fala de política nas escolas, e sim com amigos ou em família, onde o senso comum é exaltado e se destaca notoriamente, e com isso não vemos uma pluralidade cultural, é apenas uma repetição de situações e dogmas que são passados de pais para filhos, ou entre grupos sociais de pensamentos coniventes onde não há o confronto.

Além disso, este é um dos fatores que mais afeta o nível baixíssimo de ter interesse sobre política, como citado anteriormente no Gráfico 1, Pois, por mais que saibam de sua suma importância, é um dos assuntos mais evitados por eles.

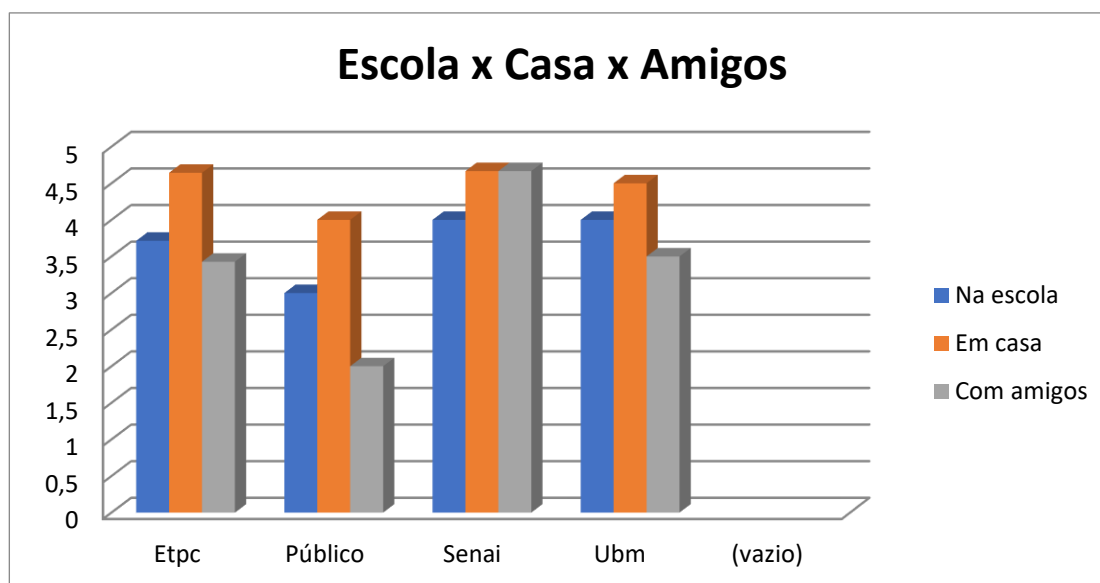


GRAFICO 2 – ESCOLA X CASA X AMIGOS

Em decorrer destas análises, podemos avaliar que não há uma grande discrepância como imaginará ao iniciar os estudos, no sentido de que a escola pública ou privada, teria um tipo de pensamento diferente dos outros em geral. Mas, este evento é corriqueiro em todas as esferas de nossa sociedade afetando tanto os com mais poder aquisitivo quanto os com menos. Dentre as considerações finais, destaco o imenso vazio que há em relação a uma educação política em nossa região, e o quanto temos a avançar para tornar este assunto pauta em todas as esferas de nossa sociedade. Visto que uma maioria esmagadora, não vê nenhum interesse nestes fatores.

Por fim, vale à pena ressaltar que este estudo foi realizado em uma região de cenário industrial. Portanto, já era previsto que uma grande maioria seria afetada por este impacto, visto que todo o progresso e incentivo que ocorrerá desde os anos de 30, com a vinda da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), para esta região esta acarretada com a forma de pensar e agir dos que aqui vivem e convivem com esse modo vida.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira**. Brasília: UNB, 1963.

BAPTISTA, Conrado Luciano. **A democracia ateniense clássica**. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 17, n. 3244, 19 maio 2012. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/21792>>. Acesso em: 25. Mai. 2019.

CARBONE, Pedro Paulo. **Gestão por competências e gestão do conhecimento**. 3. Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

CARTOLANO, Maria Teresa Pentead. **Filosofia no ensino de 2º grau**. São Paulo: Autores Associados, 1985.

CHARTIER, Roger. **“Cultura Popular”**: revisando um conceito historiográfico. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, Vol. 08, nº 16, 1995.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e construção do conhecimento: metodologia científica no caminho de Habermas**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

DEMO, Pedro. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000.

EDUCABRAS. **O desinteresse dos alunos no Brasil**. 2016. Disponível em: <<https://www.educabras.com/blog/o-desinteresse-dos-alunos-no-brasil/>>. Acesso: 15. Mai. 2019.

EXAME. **Mais de 50% dos trabalhadores com carteira assinada estão insatisfeitos com seu emprego**. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/negocios/dino/mais-de-50-dos-trabalhadores-com-carteira-assinada-estao-insatisfeitos-com-seu-emprego/>> Acesso: 15. Mai. 2019.

FALCON, Francisco J. Calazans. **História e Representação**. In: Revista de História das Idéias, Vol. 21, s/d, 2000.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 22. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. **Cartas à Cristina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, A. L. S. de. **Pedagogia da conscientização: um legado de Paulo Freire à formação de professores**. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2001.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GUIMARÃES, L. A. P. **A Educação do trabalhador no Movimento Operário da Primeira República no Rio de Janeiro: apropriações e traduções do pensamento de Pierre-Joseph Proudhon**. Tese de Doutorado, Departamento de Educação do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio, Rio de Janeiro - 2014.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública**. São Paulo, Ed. Loyola, 1994.

LIBÂNEO, J. C. **Democratização da Escola Pública: a Pedagogia Crítico-Social dos Conteúdos**. São Paulo: Ed. Loyola, 1986.

MIZUKAMI, M. da G. N. **Ensino: as Abordagens do Processo**. São Paulo: EPU, 1986.

MORENO, Ana Carolina e COSTA, Fabiano. **Nº de eleitores jovens cai por desilusão com política e falta de identificação com os partidos, avaliam especialistas**. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/08/16/no-de-eleitores-jovens-cai-por-desilusao-com-politica-e-falta-de-identificacao-com-os-partidos-avaliam-especialistas.ghtml>>. Acesso: 14. mai. 2019.

NASCIMENTO, P. E. A. **História da educação no Brasil e a prática docente diante das novas tecnologias**. IX Seminário nacional de estudos e pesquisas historia sociedade e educação no brasil. Universidade Federal de Paraíba, João Pessoa, 2012.

NIELSEN NETO, Henrique. **Filosofia Básica**. São Paulo: Atual, 1985.

NOGUEIRA, M. A. **Um estado para a sociedade civil. Temas éticos e políticos da gestão democrática**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos Ribeiro. **História da educação brasileira: a organização escolar**. 16ª edição. Campinas: Autores Associados, 2003.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. 30ª edição. Petrópolis: Vozes, 2006.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica: fundamentos da ciência histórica**. Brasília: UNB, 2001.

SAVANI, Dermeval. **Escola e democracia**. Campinas, Autores Associados, 1997.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia Marcondes; EVANGELISTA, Olinda. **Resenha do livro “Política Educacional”**. Revista @mbienteeducação, ISSN 1982-8632, Rio de Janeiro 2011, Vol. 10 - nº 2 • jul/dez, 2017 - 304-8. Disponível em: <<http://publicacoes.unicid.edu.br/index.php/ambienteeducacao/article/view/92/84>>. Acesso em: 15. Abr. 2019.

TOLEDO, Maria Rita de Almeida. **Resenha de “A Cultura Brasileira” de Fernando de Azevedo**. In: Revista Brasileira de Educação. nº 14. Rio de Janeiro: 2000.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

Recebido em: 10/10/2019

Aceito em: 25/10/2019

Endereço para correspondência:

Nome: Matheus Pereira dos Santos

Email: matheus-vn@hotmail.com



Esta obra está licenciada sob uma [Licença Creative Commons Attribution 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

Anexo I

Este questionário foi aplicado a trabalhadores e estudantes de ensino técnico do Sul do Estado do Rio de Janeiro, nos municípios de Barra Mansa e Volta Redonda, mais precisamente, dentre os dias 15 a 29 de maio de 2019. Onde os números de 1 a 5, reiteram a frequência de uma ação investigada.

- () 1 – Alto
() 2 – Parcialmente alto
() 3 – Médio
() 4 – Parcialmente baixo
() 5 – Baixo

QUESTIONÁRIO

- 1- Qual a frequência que você fala sobre política em seu dia a dia?
 - 2- Com qual regularidade você fala de política em casa?
 - 3- Com qual regularidade você fala de política na escola?
 - 4- Com qual assiduidade você conversa com seus amigos sobre política?
 - 5- Com qual constância você lê notícias sobre política?
 - 6- Qual a importância da política na sua vida?
 - 7- Qual a importância da política para a sociedade?
 - 8- Qual seu nível de interesse em política?
 - 9- Qual o nível de interesse de sua família em política?
 - 10- Qual o nível de interesse de seus amigos em política?
-